



PS

O FUTURO DE PORTUGAL NA **EUROPA**

**MANIFESTO ELEITORAL DO PS
PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024**



PS

LISTA DE CANDIDATOS DO PARTIDO SOCIALISTA ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS DE 9 DE JUNHO DE 2024



**MARTA
TEMIDO**



**FRANCISCO
ASSIS**



**ANA CATARINA
MENDES**



**BRUNO
GONÇALVES**



**ANDRÉ
RODRIGUES**



**CARLA
TAVARES**



**ISILDA
GOMES**



**SÉRGIO
GONÇALVES**



**MIGUEL
LEMONS**



**JOANA SÁ
PEREIRA**



**PEDRO
DO CARMO**



**INÊS JOÃO
RODRIGUES**



**JORGE
CONDE**



**LÚCIA
SILVA**



**MÁRIO
BALSA**



**INÊS
PINTO**



**FRANCISCO
THEMUDO**



**MARGARIDA
CARDOSO**



**ANA CLÁUDIA
MOREIRA**



**HÉLIO
FAZENDEIRO**



**JOÃO
SOARES**

SUPLENTES



**VANDA
CRUZ**



**ADRIANO
MENINO**



**JOSÉ
MARQUES**



**NATHALIE
OLIVEIRA**



**SOFIA
PEREIRA**



**ABEL
MATINHOS**



**CAROLINA
MACEDO SANTOS**



**JOÃO
PINTASSILGO**



PS

Pág. 4 **INTRODUÇÃO**

Pág. 8 **MISSÃO 1
UMA UE DE VALORES**

Pág. 10 **MISSÃO 2
UMA UE SOLIDÁRIA**

Pág. 13 **MISSÃO 3
UMA UE VERDE
E DIGITAL**

Pág. 16 **MISSÃO 4
UMA UE SOCIAL,
QUE NÃO DEIXA
NINGUÉM PARA
TRÁS**

Pág. 19 **MISSÃO 5
UMA UE PARA
OS JOVENS**

Pág. 21 **MISSÃO 6
UMA UE MAIS
PRÓSPERA E
COMPETITIVA**

Pág. 24 **MISSÃO 7
UMA UE MAIS
AUTÓNOMA**

Pág. 27 **MISSÃO 8
UMA UE ALARGADA
E REFORMANDA**

Pág. 29 **MISSÃO 9
UMA UE MAIS FORTE
NO MUNDO**

INTRODUÇÃO

**Dia 9 de maio festejamos a Europa.
Dia 9 de junho celebramos a
democracia europeia.
Com 9 missões para o aprofunda-
mento do projeto europeu.**

**Como cidadãos europeus, no dia 9
de junho, somos chamados a votar
para eleger o próximo Parlamento
Europeu (PE).**

**Acima de tudo, somos chamados a
escolher que Europa queremos.
Somos chamados a votar pelo
futuro da Europa.**

É essencial responder a este repto.

Mais do que nunca, é fundamental deixar claro que futuro queremos para a Europa quando, no presente, o continente europeu se vê novamente confrontado com os horrores da guerra. O projeto europeu é, e sempre foi, desde a sua génese, um projeto de paz. A integração europeia fez-se para garantir a paz no nosso continente. Não podemos, pois, descansar, nem virar costas, enquanto houver bombas a cair em solo europeu. A Ucrânia tem toda a nossa solidariedade. Permaneceremos ao lado do povo ucraniano enquanto durar a sua luta, assegurando-lhe todo o apoio necessário e condenando os bárbaros atos de agressão por parte da Rússia – como a União Europeia (UE) tem feito, em unísono, desde o primeiro dia da invasão.

É, igualmente, fundamental deixar claro que futuro queremos para a Europa quando, ainda no passado recente, a Europa e todos nós fomos testados até ao limite por um vírus desconhecido, que ameaçou o nosso modo de vida. E, mesmo sem um mandato claro para o efeito, a UE mostrou estar à altura do desafio, provando que era possível fazer o que muitos diziam impossível, para proteger os cidadãos e as empresas europeias. Apesar das dificuldades sem precedentes por que passámos, a UE permitiu apoiar os empregos e os negócios e, desse modo, criar condições para uma retoma económica relativamente rápida. Estes resultados foram fruto de uma ação ágil e coordenada a nível europeu, numa abordagem diametralmente oposta à da resposta dada à crise financeira vivida a partir de 2008. Em vez da austeridade, escolhemos a solidariedade.

Mas devemos sublinhar: tal só foi possível graças à atuação, às ideias e à determi-

nação dos Primeiros-Ministros, dos Comissários e dos Eurodeputados socialistas. Outros nunca teriam tomado as decisões que foi necessário adotar. Conseguimos criar redes de proteção do emprego, de apoio direto aos trabalhadores, de estabilidade dos sistemas de segurança social, garantindo ao mesmo tempo a liquidez das empresas europeias. A criação do SURE e do NextGenerationEU fez História. Criámos respostas europeias para problemas europeus. Enquanto Socialistas e Progressistas, sempre afirmámos que era vital ter instrumentos permanentes que possam ser usados para estabilizar as economias em tempos de crise.

Precisamos de aprofundar este caminho nos próximos anos. Precisamos de mais investimento partilhado e de uma nova geração de orçamentos comunitários, para a nossa prosperidade atual e futura. Precisamos de reforçar os recursos próprios da UE, para concretizar os seus múltiplos desígnios e satisfazer as aspirações dos europeus. Precisamos de uma nova política industrial europeia, neutra em carbono, focada em setores estratégicos e em matérias-primas críticas, que garantam a nossa autonomia, que promovam a modernização e competitividade da nossa economia e novas oportunidades para os trabalhadores europeus, com melhor emprego e melhores salários.

O mesmo tem de acontecer em áreas como a saúde ou a habitação, em que a UE tem tido, tradicionalmente, uma visão recuada das suas competências, mas em que, perante os desafios atuais, é chamada a ser mais criativa e determinada, para dar resposta aos problemas do mundo em que vivemos e às necessi-

dades dos europeus. Demonstrámos no passado recente que era possível, que havia alternativa. Assumamos o compromisso de o demonstrar novamente.

Porque a Europa sempre se fez desta forma, “através de realizações concretas que criarão, antes de mais, uma solidariedade de facto”. Assim o afirmava a inaugural Declaração Schuman, em 1950. E assim tem sido, ao longo das últimas décadas. Mas não basta exaltar o legado da UE, nem enunciar as múltiplas vantagens da integração europeia. É preciso continuar a fazer avançar o projeto europeu.

Com a consciência, porém, de que nunca o devemos dar por adquirido. E de que há inúmeras ameaças ao projeto europeu, tanto vindas de fora, de potências hostis, como vindas de dentro, do crescimento das forças nacionalistas, populistas e eurocéticas. Cabe-nos promover um futuro de liberdade e sustentabilidade que só a União Europeia pode garantir. E é já no próximo dia 9 de junho que o podemos, e devemos, fazer.

O projeto do Partido Socialista e da família socialista europeia representa uma Europa de valores, uma Europa progressista, uma Europa de paz e de prosperidade partilhadas, uma Europa de solidariedade e de convergência, mas sobretudo uma Europa de resultados. Uma Europa que responde aos problemas concretos e aos anseios dos cidadãos, que permite que juntos consigamos superar desafios que sozinhos não conseguiríamos enfrentar.

Somos o único partido político capaz de combater a ameaça dos retrocessos, representada pela extrema-direita e com a

mal disfarçada cumplicidade da direita tradicional. Sim, sejamos claros: atualmente, o perigo já não está somente na ascensão da extrema-direita; o perigo reside, também, na falta de vontade política da direita moderada de se distinguir e distanciar da primeira. E a verdade é que, na Europa, o PPE (a família política onde se integram o PSD e o CDS) já deu a entender, por múltiplas formas e em diversas instâncias, que o não à extrema-direita é, afinal, um ‘why not?’ e, se necessário, um ‘yes, please’.

Ainda em campanha, já encontramos o PPE a fazer concessões à extrema-direita. Basta ver o que defende o seu manifesto eleitoral sobre o direito de asilo, com propostas que violam convenções internacionais e põem em causa os direitos humanos. Ou lembrar o seu volte-face recente sobre o Pacto Ecológico Europeu, que o levou, inclusivamente, a votar contra a Lei de Restauro da Natureza. Aliás, não é por acaso que as cinco principais organizações ambientalistas europeias colocaram os Eurodeputados da AD no grupo dos que menos apoiaram a proteção do clima e da natureza.

Não podemos esquecer que a AD não se incomoda de albergar no seu seio um partido soberanista e antieuropeu (o PPM), que, a seguir ao Brexit, veio propor a realização de um referendo sobre a permanência de Portugal na UE.

A Europa não precisa de respostas simplistas, de soluções demagógicas e de políticas assentes no medo. A Europa não precisa de respostas que são apenas eco de frustrações e inquietações, sem nenhuma proposta concreta para ultrapassar os problemas.

Connosco, os portugueses sabem bem qual é o caminho, que nunca haverá qualquer cedência a visões nacionalistas, autoritaristas ou populistas. E que, pelo contrário, estaremos sempre na primeira linha do combate por uma Europa mais justa, mais solidária e mais eficaz, feita de avanços concretos e de soluções para os problemas reais dos europeus.

É essa Europa que queremos ajudar a construir, ao longo dos próximos cinco anos, a partir do Parlamento Europeu.

9 missões para o futuro da União Europeia

No mandato europeu que agora finda, a UE deu saltos de gigante na resposta a desafios imprevistos e dramáticos, com medidas arrojadas de alcance solidário, como a aquisição conjunta de vacinas, para vencer a pandemia, ou de gás, para garantir o aprovisionamento energético da Europa face à ameaça russa, com opções que quebraram tabus, como a mutualização de dívida para financiar os Programas de Recuperação e Resiliência (PRR), e com demonstrações de grande firmeza e unidade, como a aplicação de sucessivos pacotes de sanções à Rússia ou o apoio humanitário, financeiro e militar à Ucrânia.

Neste momento, em que está prestes a iniciar-se um novo ciclo político europeu, num contexto de enorme incerteza, caracterizado por múltiplas guerras, forte instabilidade geopolítica e recrudescimento de forças populistas, extremistas e nacionalistas, importa ir ainda mais longe no fortalecimento da UE e dos seus instrumentos e meios de ação para fazer face às ameaças, garantir paz e prosperidade

partilhadas e responder satisfatoriamente aos anseios dos povos europeus. Como é próprio do Partido Socialista (“A Europa connosco”), estaremos na primeira linha deste combate pelo aprofundamento do projeto europeu.

Adotaremos uma postura proativa, contribuindo com soluções para os principais problemas europeus e identificando quais as prioridades de Portugal e dos socialistas europeus para o avanço da construção europeia. Em concreto, sabemos que ao longo da próxima legislatura será necessário levar a cabo 9 missões essenciais para o futuro da UE.



PS

MISSÃO 1

UMA UE DE VALORES

MISSÃO 1

UMA UE DE VALORES

A UE começou por ser um projeto de integração económica, com o intuito subjacente de preservar a paz. Evoluiu muito, ao longo dos anos, e transformou-se num projeto político, assente num tronco comum de valores. O processo de integração europeia implica, portanto, uma comunhão de princípios e regras civilizacionais, de que nos orgulhamos, em que avultam as liberdades cívicas, a autodeterminação pessoal, a solidariedade, o pluralismo democrático e a obediência à lei. É este o padrão de valores que exigimos aos países candidatos. E que devemos cultivar e fazer respeitar, no seio da União Europeia UE. Assim, o PS procurará:

- Contribuir para o aperfeiçoamento dos **mecanismos que visam promover e garantir o respeito pelo Estado de Direito** na UE, não apenas como uma condição de adesão para os países candidatos, mas como uma condição permanente de integração e participação no projeto europeu;
- Apoiar o trabalho da Comissão Europeia na sua **avaliação anual ao Estado de Direito** e apelar ao pleno cumprimento das recomendações em todos os Estados-Membros (EM), seja quanto à independência e eficácia dos tribunais, quanto ao combate à corrupção e transparência na representação de interesses, quanto ao pluralismo e liberdade de imprensa ou quanto à existência de uma sociedade aberta e de um espaço cívico livre;
- Pugnar pela continuidade e pelo aperfeiçoamento do mecanismo preventivo de diálogo político sobre o Estado de Direito no âmbito do Conselho da UE, pela aplicação do **regime de condicionalidade no desembolso de fundos** sempre que esteja em causa o cumprimento de padrões essenciais do Estado de Direito e, em casos mais graves, pelo funcionamento efetivo do **mecanismo sancionatório previsto no artigo 7.º do Tratado da União Europeia**;
- Promover os valores democráticos e defender as democracias europeias de tentativas de influência externa, criando **instrumentos que evitem a manipulação de atos eleitorais ou a difusão de desinformação**;
- Afirmar a relevância da **Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia** como pedra angular do projeto europeu e assegurar o respeito, entre outros, pelo princípio da igualdade e não-discriminação e pelos direitos das minorias;
- Ser absolutamente intransigente na defesa e promoção da **igualdade de género**, com salvaguarda dos direitos das mulheres, igualdade salarial, direitos reprodutivos e proteção contra a violência e discriminação em função do género, bem como defender os direitos de todas as famílias, tradicionais ou não-tradicionais, combatendo a estigmatização em função da orientação sexual ou identidade de género



PS

MISSÃO 2

UMA UE SOLIDÁRIA

MISSÃO 2

UMA UE SOLIDÁRIA

A ideia matricial da UE consiste num ideal de solidariedade que se expressa de diversas maneiras e em inúmeros domínios. Desde logo, solidariedade entre as pessoas e, em especial, para com os mais vulneráveis, aqueles que mais necessitam ou se encontram numa situação de fragilidade. Depois, solidariedade entre os territórios, promovendo uma coesão social e territorial entre todas as regiões da UE. E, obviamente, solidariedade entre os EM, que decidem partilhar poderes e recursos em nome de um interesse comum, estimulando a convergência e uma prosperidade que seja partilhada por todos. É este ideal de solidariedade que deve continuar a guiar os destinos da UE, à medida que enfrenta novos e cada vez mais exigentes desafios. Assim, o PS procurará:

- Adotar uma postura humanista e solidária relativamente ao **fenómeno migratório**, respeitando os direitos das populações migrantes e criando canais regulares e seguros de imigração, garantindo condições adequadas de acolhimento e integração, trabalhando com os países de origem e de trânsito para lidar com as causas que estão na raiz das pressões migratórias, e combatendo as redes de exploração e tráfico de seres humanos, designadamente para evitar novas tragédias humanitárias no Mar Mediterrâneo;
- Acompanhar a execução no **Novo Pacto para as Migrações e Asilo**, garantindo a aplicação dos mecanismos de solidariedade aí previstos e apoiar e acolher os

refugiados com estatuto de proteção internacional que fogem da guerra ou de situações de opressão;

- Adotar uma cooperação profunda, no âmbito da governança da migração internacional, com a Organização Internacional das Migrações, a partir do aprofundamento e concretização dos objetivos do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular;
- Promover uma política europeia de integração, inclusão e coesão social capaz de empoderar os migrantes à plena inclusão europeia a partir de mecanismos de solidariedade entre Estados, sobretudo entre os Estados periféricos e Estados centrais da União;
- Participar ativamente no **debate sobre o futuro da Política de Coesão**, defendendo e modernizando aquele que é um dos principais instrumentos europeus de convergência social e territorial e que, hoje como há 30 anos, quando foi idealizado por Jacques Delors, se revela essencial para compensar a força centrípeta do mercado único, promovendo um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável em toda a UE;
- Defender o **estatuto próprio da Regiões Ultraperiféricas** (como os Açores e a Madeira) no seio da UE, com o reconhecimento das suas especificidades e a necessidade de uma atenção especial para atenuar os efeitos da sua condição remota e arquipelágica, mas também para tirar partido das suas potencialidades únicas;
- Rever o regime e implementação das **ajudas de Estado a nível europeu**, garantindo o efetivo equilíbrio interno (level

playing field) no seio do mercado único e sustentando que o necessário apoio público a certos setores económicos ou projetos de investimento possa concretizar-se através de um fundo europeu de soberania – anunciado pela Comissão, mas ainda por concretizar – a que as empresas de todos os EM possam concorrer em condições de igualdade;

- Promover uma maior **justiça fiscal à escala europeia**, combatendo a evasão tributária e a concorrência desleal, assegurando a tributação dos movimentos de capitais, das transações financeiras e da economia digital e fazendo aplicar a tributação mínima sobre as grandes multinacionais, em benefício de políticas redistributivas.



PS

MISSÃO 3

UMA UE VERDE E DIGITAL

MISSÃO 3

UMA UE VERDE E DIGITAL

Preparar a UE para a dupla transição climática e digital foi uma das principais marcas da última legislatura europeia. Foram dados passos muito significativos, com a aprovação do pacote 'Fit for 55' e das leis sobre mercados e serviços digitais, bem como a primeira regulação em todo o mundo sobre inteligência artificial. Mas este trabalho não terminou. A UE deve continuar na linha da frente da transição verde e digital, para melhor tirar partido das suas potencialidades. Não podemos abandonar o Pacto Ecológico Europeu, porque o planeta não deixou de aquecer e a natureza não deixou de estar em risco. Não podemos ignorar a digitalização da economia e da sociedade, porque a tecnologia continua a evoluir e, cada vez mais, vivemos num mundo online. Assim, o PS procurará:

- Avançar na concretização e aprofundamento do **Pacto Ecológico Europeu**, procurando fazê-lo em diálogo com todas as partes envolvidas, de modo a não alienar o apoio popular a esta causa;
- Promover uma economia verde, circular e neutra em carbono, assente em tecnologias limpas, em métodos de produção e de consumo sustentáveis e em empregos qualificados e bem remunerados, aplicando o **Plano Industrial do Pacto Ecológico**;
- Prosseguir os esforços de **mitigação das alterações climáticas** (definindo a meta de redução das emissões de GEE para 2040, com vista a atingir a neutralidade

carbónica até meados do século) e investir na **adaptação às alterações climáticas**, seja na gestão florestal e na prevenção dos fogos rurais, seja na resiliência hídrica e na definição de estratégias para lidar com a escassez de água, por exemplo através da adoção de um programa ReWaterEU (à semelhança do bem-sucedido RePowerEU, que congregou recursos para alcançar uma maior diversificação e segurança energética da UE);

- Garantir o **acesso de todos os europeus a energia limpa, segura e económica**, combatendo as situações de pobreza energética;
- Acelerar a interligação energética entre EM, tanto de eletricidade como de gás, e em especial de gases renováveis, a fim de instituir uma autêntica **União da Energia**, capaz de alcançar a soberania energética e a neutralidade climática da Europa, bem como de proporcionar preços mais uniformes e uma maior segurança de abastecimento a todos os europeus;
- Assegurar o necessário **investimento na infraestrutura digital de alta capacidade**, garantindo uma plena conectividade, mesmo em zonas de baixa densidade, e alargando a rede europeia de supercomputadores;
- Acompanhar atentamente a **atividade das grandes plataformas digitais**, evitando abusos de posição dominante, combatendo a desinformação e sancionando a propagação de conteúdos ilegais, como o discurso de ódio ou o incitamento à violência, obedecendo ao princípio segundo o qual "o que é proibido offline também é proibido online";

- Estimular e acompanhar o desenvolvimento da **inteligência artificial**, promovendo a regulação da sua ação condizente com padrões éticos harmonizados em benefício da inovação e do bem-estar social;
- Aprofundar o investimento e infraestruturas críticas e essenciais ao desenvolvimento de componentes digitais, nomeadamente de semicondutores, no seio da UE;
- Acelerar a transição para uma economia circular, a partir de novos estímulos tecnológicos, nomeadamente nos materiais eletrónicos, plásticos, têxteis e de construção em todos os Estados Membros da UE para alcançar a neutralidade carbónica até 2050;
- Promover uma utilização circular de matérias-primas críticas (MPC) aliada à investigação capaz de substituir estas matérias em caso de eventos externos que provoquem insuficiências nas cadeias críticas de abastecimento da EU. De igual modo, procurar a diversificação de países parceiros da União no abastecimento de MPCs;



PS

MISSÃO 4

**UMA UE SOCIAL, QUE NÃO
DEIXA NINGUÉM PARA TRÁS**

MISSÃO 4

UMA UE SOCIAL, QUE NÃO DEIXA NINGUÉM PARA TRÁS

Como é próprio do modelo social europeu, as transições em curso devem ser feitas de forma justa e inclusiva, respeitando, protegendo e cuidando dos setores mais tradicionais e das populações mais vulneráveis. O Fundo de Transição Justa, a par de outros instrumentos, visa precisamente atenuar o impacto destas mudanças, apoiar a reconversão dos trabalhadores e garantir que ninguém fica para trás. Com o mesmo objetivo, de coesão social e combate às desigualdades, importa avançar na implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que teve um momento alto na Cimeira do Porto, em 2021, durante a Presidência Portuguesa da UE. Importantes concretizações tiveram lugar na última legislatura, com a aprovação de diplomas sobre o salário mínimo, sobre a transparência salarial ou sobre a proteção dos trabalhadores das plataformas eletrónicas. Mas, como é timbre da família socialista europeia, queremos ir mais longe, promover empregos de qualidade, garantir formação profissional, proporcionar boas condições de vida e reforçar a proteção laboral e social de todos os europeus. Assim, o PS procurará:

- Assegurar que as **transições em curso se fazem de forma justa**, sem deixar ninguém para trás, compensando as populações mais afetadas por esses processos de transformação e reconvertendo os trabalhadores para a nova economia, designadamente através de programas de reskilling e upskilling;

- Frisar que a justiça climática e a justiça social estão inexoravelmente interligadas, pelo que o **Pacto Ecológico tem de ser simultaneamente um Pacto Social**;

- Mobilizar o **Fundo Social para a Ação Climática**, recentemente aprovado, para mitigar alguns dos impactos e custos que as populações mais vulneráveis vão sofrer em resultado da transição verde;

- Trabalhar afincadamente com os **agricultores** e em diálogo permanente com o **mundo rural** para acautelar as suas preocupações e garantir um equilíbrio justo e harmonioso entre o desenvolvimento do setor primário e o combate às alterações climáticas, na certeza de que a produção agrícola e a transição verde não são desígnios contraditórios, sendo possível e desejável, para todos, encontrar um compromisso que preserve a natureza, garanta a segurança alimentar, valorize a atividade agrária e proporcione um rendimento satisfatório aos agricultores;

- Continuar a reforçar o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, afirmando a sua centralidade na agenda política europeia, prosseguindo a concretização dos respetivos planos de ação, com vista ao cumprimento das metas definidas no Compromisso do Porto, e pugnando pela adoção de novos instrumentos legislativos que garantam uma proteção social reforçada dos cidadãos em toda a UE e um contínuo aperfeiçoamento do modelo social europeu;

- Defender a criação de um **fundo europeu de apoio à reconversão e requalificação profissional**, que proporcione aos trabalhadores e desempregados a sua

adaptação às grandes mudanças estruturais na economia;

- Pugnar pela criação de um **complemento europeu ao subsídio de desemprego**, que reforce a proteção dos trabalhadores em situação de desemprego e que funcione como estabilizador automático em caso de crises assimétricas;
- Apoiar os **direitos dos trabalhadores em toda a UE** através de legislação europeia que acabe com a exploração laboral e o dumping social, reforçando as competências da Autoridade europeia do Trabalho para assegurar a aplicação dessa legislação;
- Promover o reequilíbrio das relações laborais, mediante uma diretiva europeia que torne obrigatória a **representação de trabalhadores no conselho de administração das grandes empresas**, à semelhança do que se encontra em vigor em vários EM;
- Reforçar os mecanismos europeus de **combate à pobreza, em especial a pobreza infantil** (designadamente, através da Garantia Criança) e a pobreza entre a população trabalhadora, combatendo a disparidade salarial, não só entre homens e mulheres, mas também entre os gestores e os trabalhadores das empresas, e ajudando os mais necessitados a fazer face ao aumento do custo de vida;
- **Promover a criação de Programas de Inclusão Social de pessoas em situação de sem-abrigo** através de programas de habitação emergencial;
- Enfrentar o **desafio demográfico** que o continente europeu tem pela frente, asse-

gurando as condições necessárias para a concretização da natalidade desejada, promovendo o envelhecimento ativo e acolhendo migrações seguras e ordenadas (74% das Pequenas e Médias Empresas (PME) europeias indicam como o seu principal problema a falta de mão de obra), de forma a promover um maior equilíbrio e sustentabilidade dos sistemas de segurança social;

- Prosseguir o caminho iniciado durante a pandemia de **reforço das políticas europeias de saúde**, como sublinhado pelos cidadãos europeus durante a Conferência sobre o Futuro da Europa, capacitando a UE para a responder em conjunto aos principais desafios de saúde pública.



PS

MISSÃO 5

UMA UE PARA OS JOVENS

MISSÃO 5

UMA UE PARA OS JOVENS

A UE que queremos é uma União que esteja ao serviço de todos. Desde logo, uma União que responda às necessidades dos jovens e na qual os jovens se revejam, como uma comunidade de pertença em que se sentem incluídos, ouvidos e considerados, em que encontram soluções para os seus problemas e meios para concretizar os seus sonhos. Foi isso que os cidadãos, muitos deles jovens, pediram durante a Conferência sobre o Futuro da Europa. Temos, pois, o dever de corresponder a esta expectativa e garantir que a UE representa um horizonte de possibilidades e de oportunidades para os mais jovens. Assim, o PS procurará:

- Promover **iniciativas de participação democrática**, em especial dos mais jovens, partindo de exemplos de sucesso, como a Conferência sobre o Futuro da Europa, para assegurar que os jovens são ouvidos e os seus interesses acautelados no desenvolvimento das políticas europeias;
- Defender um **Plano Europeu para a Habitação Acessível** à escala europeia que, embora não conste das suas tradicionais competências, concretize o direito à habitação em condições dignas e a preços comportáveis, integrando preocupações ecológicas, não só para os mais necessitados, mas também para as classes médias e, de forma especial, para os mais jovens, facilitando a sua autonomização e o desenvolvimento dos seus projetos de vida;
- Defender um **Instrumento de Investimento Permanente em Habitação Pública** por parte dos Estados da UE, a partir de uma recomendação ao Conselho Europeu,
- Combater a **fuga de cérebros** (brain drain), mediante instrumentos europeus que contrariem este fenómeno e que permitam assegurar o direito de todos os europeus a permanecer no seu território de origem, se esse for o seu desejo;
- Lançar uma **agenda europeia para o trabalho digno**, que garanta maior segurança no emprego, combata a precariedade, sobretudo, entre os mais jovens, promova empregos de qualidade e adequadamente remunerados, e assegure a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar;
- Reforçar os **programas europeus Garantia Jovem**, promovendo o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e a formação de qualidade, e **Garantia Criança**, combatendo a pobreza infantil;
- Garantir a **abolição dos estágios não remunerados** em todo o espaço europeu;
- Implementar uma **quinta liberdade fundamental da UE**, sugerida por Enrico Letta: a liberdade de circulação do conhecimento e da inovação, fazendo da UE um espaço privilegiado de criatividade, de ciência e de cultura;
- Conceber um **Erasmus+** reforçado e alargado, acessível a todos, e assegurar um reconhecimento efetivo de graus e diplomas à escala europeia;
- Garantir o **acesso a cuidados de saúde mental** em todo o espaço europeu.



PS

MISSÃO 6

UMA UE MAIS PRÓSPERA E COMPETITIVA

MISSÃO 6

UMA UE MAIS PRÓSPERA E COMPETITIVA

Uma das maiores forças da UE é o seu mercado interno, com cerca de 450 milhões de consumidores. Mas, em diversos domínios, o mercado único ainda enfrenta bloqueios, entraves ou evidências de fragmentação. E, ao longo dos últimos anos, tem-se constatado uma lacuna de competitividade e dinamismo entre a UE e outras regiões do mundo altamente inovadoras e tecnologicamente avançadas. Temos, pois, grandes desafios pela frente, para completar e aprofundar o mercado único europeu, fazer dele o espaço económico mais vibrante, inovador, sofisticado e competitivo do mundo, reindustrializando a Europa com uma aposta estratégica nas tecnologias neutras em carbono e nos setores de vanguarda de maior valor acrescentado. Há toda uma nova agenda para ser posta em marcha para vencermos o futuro. Assim, o PS procurará:

- Aproveitar o relatório Draghi, sobre a competitividade da UE, e o relatório Letta, sobre o reforço do mercado interno, para o lançamento de uma nova agenda de **fortalecimento da economia europeia**, que a torne tão ou mais dinâmica e competitiva que a dos nossos rivais económicos;
- Aprofundar a “Liberdade para Permanecer”, mencionada no Relatório Letta, a partir da sofisticação da economia europeia e de uma nova Economia Verde e Digital capaz de criar empregos de qualidade na UE e de evitar a deslocalização de grandes indústrias europeias como forma de garantir o futuro do Mercado Único;
- Apoiar todas as iniciativas destinadas a **completar e aperfeiçoar o mercado único europeu**, designadamente, nos domínios da energia, das telecomunicações, dos serviços digitais e financeiros, bem como os esforços de simplificação administrativa, combate à burocracia e redução dos custos de contexto;
- Acompanhar atentamente a aplicação das **novas regras de governação económica da UE**, de modo a assegurar que, respeitando o objetivo das contas certas e da credibilidade da moeda única, permitem alcançar os objetivos de maior adequação ao ciclo económico e à realidade específica das finanças públicas em cada país, bem como de maior autonomia dos EM na definição das respetivas trajetórias de ajustamento;
- Envidar esforços para adoção, no plano europeu, de um **mecanismo permanente de resposta a crises**, de natureza contra cíclica, que aumente a resiliência económica da UE e o arsenal de instrumentos de que dispõe para lidar com os diferentes ciclos económicos, garantindo que, no futuro, a UE estará mais bem preparada para ultrapassar uma recessão económica do que aconteceu no passado;
- Defender a criação de uma **capacidade orçamental própria da zona euro**, que apoie as reformas favoráveis à competitividade e à convergência e assegure uma função de estabilização das economias face a eventuais choques;
- Completar a **União do Mercados de Cap-**

itais, garantindo novos e diversificados instrumentos de financiamento da economia europeia, também para PME e muito em particular dirigidos à inovação e ao empreendedorismo (criando condições favoráveis à exploração de novas ideias de negócio e ao crescimento de start-ups no continente europeu);

- Concluir a **União Bancária**, com a aprovação do seu terceiro pilar, relativo à criação de um seguro europeu de depósitos;

- Construir uma **Estratégia Europeia de Combate à Corrupção**, harmonizando melhores práticas entre Estados-Membros da UE;

- Liderar na luta contra o branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, nomeadamente a partir da evolução da implantação da AMLD5;

- Pugnar pela criação de **novos recursos próprios da UE**, designadamente, uma taxa sobre as transações financeiras ou sobre as grandes plataformas digitais, que permitam amortizar os empréstimos do NextGenerationEU, aliviando a pressão sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual e confirmam à UE capacidade de responder adequadamente às crescentes responsabilidades;

- Participar ativamente nas **negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-34**, no âmbito do qual devem ser previstos mecanismos europeus que, após o término dos PRR em 2026, promovam e financiem o investimento conjunto em áreas de valor acrescentado europeu (como a transição climática ou a segurança e defesa) e em preocupações comuns aos povos europeus (como a

habitação), garantindo a preservação dos envelopes financeiros dedicados à Política de Coesão e à Política Agrícola Comum (PAC);

- Desenvolver uma **agenda europeia para os oceanos**, promovendo a economia azul, em especial no que diz respeito às potencialidades da biologia marinha, assegurando uma exploração sustentável do mar, bem como a proteção dos ecossistemas marítimos.



PS

MISSÃO 7

UMA UE MAIS AUTÓNOMA

MISSÃO 7

UMA UE MAIS AUTÓNOMA

A pandemia, primeiro, e a guerra na Ucrânia, depois, vieram expor vulnerabilidades e dependências da economia europeia face a potências estrangeiras, seja relativamente à produção de medicamentos, ao fornecimento de bens de primeira necessidade ou ao abastecimento energético. Desde então, a necessidade de reforçar a autonomia estratégica da UE tornou-se uma meta constantemente referida. E muito foi conseguido, em pouco tempo, para aumentar a resiliência da UE, diversificar as suas cadeias de abastecimento e garantir maior capacidade de produção própria. Mas o caminho é longo e há muito mais a fazer para capacitar a UE e afirmar a sua autonomia, sem se alhear do resto do mundo. Assim, o PS procurará:

- Defender uma **Autonomia Estratégica Aberta**, que reforce o poder e a força da UE sem se fechar sobre si própria, isto é, aumentando a capacidade e autonomia da União, não numa lógica de autossuficiência, mas da sua afirmação enquanto potência global, assente no seu mercado interno e relacionada com o exterior, atenta à vizinhança e influente no mundo;
- Pugnar pela criação de um **Fundo Europeu de Investimento**, que permita financiar as enormes necessidades de investimento ao longo dos próximos anos na transição climática, na transição digital e na investigação e desenvolvimento, através de recursos europeus destinados

a fazer da UE uma das economias mais dinâmicas, inovadoras, criativas, limpas e tecnologicamente avançadas do mundo;

- Defender uma política industrial europeia mais ambiciosa, que promova a **reindustrialização do continente europeu**, especialmente em setores de vanguarda tecnologicamente avançados e neutros em carbono, que garanta um adequado aprovisionamento europeu de matérias-primas críticas e que evite uma excessiva dependência externa no que diz respeito a produtos e equipamentos vitais à dupla transição ambiental e digital;
- Evitar que, relativamente a algumas **tecnologias essenciais** (como as baterias, os microchips ou o carro elétrico), se repita o que sucedeu com a introdução desregulada no mercado europeu de painéis solares a preços subsidiados, destruindo um cluster industrial da maior importância e deixando a UE mais vulnerável face ao exterior;
- Garantir a plena execução da **lei relativa à indústria de impacto zero**, assegurando não só a descarbonização da economia europeia, mas também a segurança de abastecimento e acesso a tecnologias limpas, bem como a competitividade da UE na sua produção e comercialização;
- Assegurar a aplicação da **lei relativa às matérias-primas críticas**, a fim de impedir que, dentro de alguns anos, a UE se venha a encontrar na mesma situação de dependência que alguns EM tinham dos combustíveis fósseis russos;
- Aplicar e aperfeiçoar os **instrumentos de segurança económica da UE**, evitando situações de excessiva dependência de

potências estrangeiras, em particular no que diz respeito a infraestruturas críticas ou setores económicos vitais, e contrariando qualquer tentativa de coação, condicionamento ou instrumentalização por meios económicos, financeiros ou comerciais;

- Reforçar os **mecanismos europeus de cooperação policial e judiciária** para aumentar a eficácia do combate ao terrorismo, ao crime organizado, ao tráfico de droga e de armas, ao cibercrime e ao branqueamento de capitais.



PS

MISSÃO 8

UMA UE ALARGADA E REFORMADA

MISSÃO 8

UMA UE ALARGADA E REFORMADA

Uma das grandes prioridades da próxima legislatura europeia será o alargamento da UE a leste e aos Balcãs Ocidentais. A atitude hostil e beligerante da Rússia e a desestabilização que provoca, pelos mais diversos meios e táticas quer convencionais quer híbridas, na nossa imediata vizinhança conferem uma importância geopolítica acrescida e uma maior premência ao processo de alargamento. Acompanhamos plenamente este desígnio. Tal como acompanhamos a necessidade de preparar o alargamento da UE através de um conjunto de reformas que assegurem o funcionamento da União com mais de 30 EM. Assim, o PS procurará:

- Apoiar o **processo de alargamento** da UE, quer em relação à Ucrânia e à Moldóvia, quer em relação aos países dos Balcãs Ocidentais, apoiando-os no exigente caminho de adesão e de adoção de todo o acervo comunitário;
- Avançar, **em simultâneo e de forma sincronizada**, nos processos de adesão dos países candidatos, mediante um cumprimento escrupuloso dos critérios de Copenhaga, e no **processo de reforma interna** da UE, para criar a capacidade de absorção que lhe permita estar preparada para acolher novos EM e funcionar eficazmente;
- Participar ativamente no processo de reflexão e **debate sobre a reforma da UE**, contribuindo com ideias e sugestões que permitam responder ao impacto do alar-

gamento em, pelo menos, três domínios: nas principais políticas da UE, como a PAC e a Política de Coesão; no orçamento da UE; nos processos de decisão da UE;

- Envidar esforços para que o **alargamento não seja feito em prejuízo dos atuais níveis de financiamento das políticas estruturais** – como a Política de Coesão ou a PAC – e dos vários programas europeus e defender o fortalecimento de novos fundos, como o Fundo para a Transição Justa e o Fundo Social para a Ação Climática;
- Apoiar a **integração gradual e progressiva** dos países candidatos em determinadas políticas setoriais, estimulando o seu desenvolvimento e a realização de importantes reformas, evitando o acumular de frustrações e preparando esses países para a sua futura participação plena no projeto europeu;
- Defender **modelos de integração diferenciada**, explorando a flexibilidade já existente no Tratado de Lisboa, a fim de acomodar as diferentes perspetivas e vontades existentes quanto ao processo de integração europeia, garantindo que todos se sentem confortáveis no seio da União e que a eventual relutância de uns não impede outros de avançarem, se assim o desejarem, para estádios mais elevados de integração.



PS

MISSÃO 9

UMA UE MAIS FORTE NO MUNDO

MISSÃO 9

UMA UE MAIS FORTE NO MUNDO

Vivemos, hoje, um contexto geopolítico de enorme instabilidade e tensão, marcado por uma crescente insegurança, pelo regresso da guerra convencional ao solo europeu, pelo multiplicar de ameaças híbridas na nossa vizinhança e pelo recrudescimento de antigos conflitos. Assistimos ainda, ao questionar de velhas alianças e alinhamentos estratégicos, bem como a uma nova corrida ao armamento. Neste contexto é mais importante do que nunca que a UE se assuma como uma potência global, capaz de se relacionar com todos e de falar a uma só voz, afirmando sempre o primado da diplomacia, ao mesmo tempo que se reforça em matéria de segurança e defesa. É este caminho que temos de trilhar, com determinação, na próxima legislatura europeia. Assim, o PS procurará:

- Afirmar a **UE como um ator geopolítico global**, defensor e promotor do multilateralismo e de uma ordem internacional assente em regras;
- Continuar a assegurar todo o **apoio à Ucrânia**, em termos políticos, diplomáticos, humanitários, financeiros e militares, pelo tempo que for necessário, e a **reafirmar a condenação da Rússia**, mediante a aplicação e o reforço de sanções que limitem a sua capacidade de perpetuar uma guerra ilegal e os atos de agressão brutais sobre a população ucraniana;
- Defender uma solução estrutural e sustentável para o **conflito israelo-pales-**

tiniano, apelando a um cessar-fogo imediato que abra a porta a negociações de paz assentes na solução dos dois Estados;

- Cultivar **relações diplomáticas e de proximidade** com diversas zonas do globo, em especial com África, com a América Latina e com a Ásia, sem esquecer os laços privilegiados com a vizinhança Sul e a importância de um relacionamento equilibrado entre as duas margens do Mediterrâneo;
- Sustentar que a **UE deve assumir uma maior responsabilidade pela sua própria defesa**, naturalmente em articulação com a Aliança Transatlântica, mas sem nela se diluir, antes afirmando-se como o pilar europeu da OTAN;
- Reforçar a **Política Comum de Segurança e Defesa**, em alinhamento com o previsto na Bússola Estratégica da UE, nomeadamente organizando procedimentos conjuntos de aquisição de material militar, investindo na produção militar em solo europeu por empresas europeias, garantindo a interoperabilidade de equipamentos, e fomentando uma maior cooperação entre os EM, de modo a reforçar a nossa segurança coletiva e o efeito dissuasor de ameaças, incluindo na área da cibersegurança;
- Apoiar o desenvolvimento do programa e da estratégia para a **indústria europeia de defesa**, promovendo uma forte base industrial e tecnológica de defesa europeia, que esteja aberta também a PME e em que Portugal deve participar ativamente;
- Desenvolver os projetos inscritos na **Global Gateway** e garantir um forte inves-

timento na cooperação e em parcerias mutuamente benéficas com o designado “Sul Global”, designadamente com África e a América do Sul, fazendo uso das diversas políticas, instrumentos e fundos da UE para promover a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável no mundo;

- Impulsionar a **política comercial da UE**, visando a celebração de acordos de comércio livre e de investimento com outras partes do globo, designadamente com o Mercosul e com a Índia;
- Dinamizar o **grupo de EM da fachada atlântica da UE**, eventualmente incluindo países atlânticos para lá da União, e promover uma maior articulação e coordenação de posições entre os países da orla ocidental da Europa, de modo a reequilibrar ou contrabalançar um pendor mais continental e a progressiva inclinação da UE para leste ao longo das últimas duas décadas, que tenderá a ser reforçada com os alargamentos previstos.
- **Defender o aprofundamento** das relações UE-Mercosul como pilar estratégico da autonomia da União Europeia e da sua afirmação geopolítica num contexto global;

O FUTURO DE PORTUGAL NA **EUROPA**



PS